

Furtado: moratória foi decretada "sine die"

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — "A moratória foi decretada sine die. Ela pode durar três meses ou três anos". A afirmação é do ministro Celso Furtado, da Cultura, que se encontra em Paris com uma dupla missão: participar oficialmente das inúmeras manifestações culturais na área dos anos França - Brasil, e complementar oficiosamente a missão de informação do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, sobre as mais recentes iniciativas econômicas do governo brasileiro, principalmente em relação à suspensão do pagamento dos juros da dívida.

Tudo indica que o presidente José Sarney está aproveitando o fato de o ministro Celso Furtado ser um dos economistas latino-americanos de maior prestígio na Europa — durante muitos anos lecionou na Universidade de Paris e no Instituto de Ciência do Homem — para tentar explicar os motivos que levaram o governo a adotar uma posição mais dura em relação a seus credores. Só isso explica o grande número de entrevistas de caráter econômico que o ministro vem concedendo a jornais, revistas e emissoras de televisão aqui em Paris.

Ainda ontem, foi o ultraliberal Guy Sorman quem o entrevistou para o matutino Le Figaro: ele tem-se avistado não apenas com autoridades governamentais, mas também com professores e economistas ligados à área universitária francesa.

A reafirmação da posição brasileira por intermédio do ministro Furtado está ocorrendo no momento em que os bancos norteamericanos aumentam suas pressões sobre o País, decidindo "desclassificar" seus créditos. Essa mesma decisão já havia sido adotada anteriormente, em 1984, contra a Argentina, equivalendo a uma advertência, o último passo antes que os credores sejam obrigados, nos Estados Unidos, a manter uma reserva especial para os compromissos não pagos pelo país devedor. Esse é mais um passo na escalada atual entre o Brasil e seus credores.

Essa atitude dos bancos norteamericanos, por enquanto, não deverá ser imitada pelos credores franceses, aparentemente com uma posição mais flexível, mesmo estando irritados com a ausência de um encaminhamento do problema. Segundo eles, isso é culpa do

governo brasileiro, que até agora não apresentou qualquer plano mais coerente, indicando seu desejo de efetuar os indispensáveis ajustamentos econômicos. Isso poderá ocorrer no dia 10 de abril, quando do encontro do presidente do Banco Central, Francisco Gros, com os representantes dos quase 700 bancos credores da dívida.

Ao contrário do que pensa a maior parte dos banqueiros internacionais, na opinião de Celso Furtado, até agora o balanço da moratória tem sido muito positivo para o Brasil. Ele lembra que antes havia terríveis ameaças dos credores, que não se concretizaram: "Os bancos não são divisões armadas e estão voltados para o compromisso. O Brasil oferece um excelente mercado e ninguém quer perdê-lo". Mas também não pretende quebrar o sistema monetário ou os bancos, razão pela qual, hoje em dia, todos buscam um entendimento.

Celso Furtado situa em planos diferentes a posição de cada país endividado, acreditando que cada um deles tem uma situação própria, mas está claro, a seu ver, que a moratória brasileira facilitou as coisas para certos países vizinhos, entre eles Argentina, Chile e Venezuela. Essa estratégia dos banqueiros teve por objetivo isolar o Brasil, mas ele não acredita que isso possa dar certo. Quanto ao recurso ao FMI, o ministro Celso Furtado reafirmou que o Brasil já lançou mão dessa alternativa, mas essa política não deu em nada, pois o FMI jamais compreendeu a realidade do Terceiro Mundo. Furtado continua defendendo a necessidade de associar crescimento econômico e recuperação financeira.

NOVAS REGRAS

Segundo áreas financeiras européias, as declarações atuais de Celso Furtado na Europa indicam claramente que o governo brasileiro está disposto a manter suas posições atuais, razão pela qual a moratória (definida como "uma novidade nessa saga da dívida do Terceiro Mundo") tem um significado preciso: convencer os credores da necessidade de aceitar novas regras do jogo, entre elas a redução dos reembolsos da dívida para 2,5% do Produto Interno Bruto, contra 4,5% anteriormente.

Por enquanto prevalece uma disputa de braço de ferro perigosa para ambos, razão pela qual acredita-se que numa solução de compromisso interessa aos dois lados.